

Significado e Cognição: o Legado de Frege

João Branquinho
ULisboa - Universidade de Lisboa
jbranquinho@campus.ul.pt

Introdução

Queremos neste ensaio caracterizar de modo introdutório o essencial do legado de Gottlob Frege para a Filosofia da Linguagem contemporânea, identificando e caracterizando os traços distintivos mais genéricos de uma teoria do significado¹ (ou conteúdo semântico) inspirada nas suas ideias seminais e contrastando-a com outras concepções actuais influentes acerca do significado, em especial as posições sobre o conteúdo singular (conteúdo expresso por nomes próprios e outros termos singulares) remotamente inspiradas em ideias de John Stuart Mill.

Vamos considerar para o efeito dois grandes pontos de vista rivais e mutuamente inconsistentes sobre a natureza do conteúdo semântico, linguístico ou mental, os quais têm ocupado nas últimas décadas uma posição saliente na discussão efectuada na área dos Fundamentos da Semântica.² Cada um desses pontos de vista não deve ser tomado como consistindo numa teoria filosófica particular, mas antes como subsumindo um vasto espectro de posições semânticas particulares as quais, apesar das diferenças por vezes substanciais que as separam, são suficientemente semelhantes – com respeito a certos aspectos nucleares – para poderem ser vistas como formando uma família de teorias do significado.

Por uma questão de conveniência, os pontos de vista em questão são designados como ponto de vista *Fregeano* ou *Cognitivista* e ponto de vista *Milliano* ou *Referencialista*.³ Alguns dos rótulos sugerem imediatamente filiações históricas dos pontos de vista nas teorias filosóficas e semânticas expostas por Frege e Mill

¹ O termo “significado” é usado ao longo deste ensaio na acepção estrita de conteúdo semântico. Assim, o significado de uma frase usada num certo contexto é aquilo que é literalmente expresso ou dito pela frase relativamente ao contexto em questão; e o significado de uma expressão ou unidade sub-frásica num contexto de uso é aquilo que a expressão contribui para o significado de uma frase em que ocorra relativamente ao contexto em questão. Naturalmente, há muitos outros significados do termo “significado”.

² É útil a este respeito a distinção feita por Ned Block (1998: 242) entre Semântica Metafísica e Semântica Linguística. Ver também Fodor and Lepore 1991: 328. 3. O tópico da natureza do significado frásico, ou da proposição, continua a ser objecto de discussão intensa na Filosofia da Linguagem mais recente. Ver a este respeito o volume King, Soames and Speaks (eds.) 2014, em especial o artigo de Soames (9-24), “Why the Traditional Conceptions of Propositions Can’t be Correct”.

³ “Teorias da Referência Directa” é também uma designação comum para esta última família de posições.

(respectivamente). No entanto, e apesar de haver mais do que um grão de verdade em tais correspondências, convém salientar que a nossa tarefa não é de todo, nem parcialmente, de natureza histórica ou exegética.⁴ Queremos caracterizar certas posições – situadas no espaço lógico, por assim dizer – e examinar criticamente determinados argumentos a seu favor; mas queremos em geral fazê-lo de um modo relativamente independente da existência de quaisquer figuras, na história do pensamento, que as tenham de facto subscrito. Determinar se Frege foi de facto um Fregeano (no sentido a seguir especificado), ou se Mill foi de facto um Milliano (no sentido a seguir especificado), pode ser um exercício interessante; mas é irrelevante para os nossos fins. Não é assim surpreendente que algumas das teses introduzidas como exemplificando o ponto de vista Fregeano, ou o ponto de vista Milliano, estejam presumivelmente longe de poder ser correctamente atribuídas a Frege, ou a Mill (muito embora, como vamos ver, isso seja mais o caso em relação a Mill do que em relação a Frege).

É útil e sugestivo delinear o contraste entre as duas concepções, embora de uma forma ainda provisória e a ser oportunamente refinada, em termos da maneira como em cada uma delas é vista a conexão entre aspectos relativos ao conteúdo, linguístico ou mental, e aspectos relativos à mente e à cognição.⁵ Com efeito, a ideia condutora da Filosofia da Linguagem de Frege é, através da sua noção-chave de **sentido** (*Sinn*) ou **modo de apresentação**,⁶ a ideia de que questões acerca do significado ou conteúdo semântico de uma expressão linguística são em geral determinadas por questões acerca do valor e papel cognitivo da expressão relativamente a um utilizador competente.

Todavia, antes de delinear o contraste entre as duas concepções nesses termos, é conveniente dar uma vista de olhos por um terceiro grande ponto de vista sobre a natureza do conteúdo, um ponto de vista com origem na chamada *semântica de mundos possíveis*. Embora, como vamos ver, a designação não seja completamente feliz, chamamos a essa concepção **intensionalismo modal**.⁷

⁴ Mesmo que a história ou a exegese incidam sobre autores relativamente recentes (e.g. Willard Quine ou Saul Kripke), isso não faz com que ela deixe de ser história ou exegese.

⁵ ‘Cognição’ é aqui empregue no sentido genérico de aquisição e processamento de informação de qualquer tipo.

⁶ Ver Frege 1952. Em especial, 57-62. E também Frege 1979.

⁷ Robert Stalnaker é um dos mais conhecidos proponentes de uma teoria modal do conteúdo. Ver as suas colecções de ensaios Stalnaker 1987 e a mais recente Stalnaker 1999. Sobre a concepção de proposições (significados frásicos) como conjuntos de mundos possíveis, ver também o clássico Lewis 1986, em especial a secção 1.5.

Apesar de gozarem ainda de algum prestígio e terem muita coisa que as recomende, as teorias intensionalistas modais do conteúdo têm correntemente muitos opositores. Uma das razões para tal é a de que, parcialmente em virtude da sua rejeição da suposição de que proposições (significados frásicos) são constitutivamente dotadas de uma estrutura interna, essas teorias conduzem a uma discriminação de conteúdos tão rude que é tomada por muita gente como um sinal claro de uma deficiência irremediável. A adopção da suposição acerca da estrutura é algo que é comum às teorias referencialistas e cognitivistas, separando ambas do intensionalismo modal e tornando-as aparentemente imunes àquele género de alegada deficiência. Por outro lado, a adopção da suposição da insensibilidade geral do significado à cognição é algo que é comum às teorias referencialistas e intensionalistas modais, separando ambas do cognitivismo de Frege.

Intensionalismo Modal

Com vista a caracterizar o intensionalismo modal, precisamos de introduzir com algum detalhe uma distinção semântica com profundas raízes na tradição: a distinção entre intensões e extensões.

Distingue-se tradicionalmente do seguinte modo entre dois tipos de valor semântico que uma determinada expressão linguística, de uma determinada categoria, pode ter.⁸ De um lado, temos o objecto ou os objectos (caso existam) aos quais a expressão linguística se aplica, os quais constituem a *extensão* da expressão; do outro lado, temos o conceito por ela expresso, ou a representação conceptual de um objecto nela contida, a qual constitui a *intensão* da expressão linguística. Exemplos típicos da distinção são dados em pares de termos singulares complexos do seguinte género. A extensão do termo singular ‘O Mestre de Platão’ coincide com a extensão do termo singular ‘O marido de Xantipa’, pois ambos os termos se aplicam a um e ao mesmo indivíduo, Sócrates. Pode-se a este respeito dizer que a pessoa Sócrates ela própria é a extensão de ambos os termos; e, de acordo com esta política, aquilo que se deve dizer acerca de termos singulares como ‘Pégaso’ e ‘A Fonte da Juventude’ é que eles não têm qualquer extensão. Mas é igualmente possível adoptar a ideia de que a extensão de um termo singular é, estritamente falando, não o objecto referido pelo termo (se esse

⁸ Ver o Capítulo I do clássico Carnap 1947.

objecto existir), mas antes o conjunto-unidade desse objecto; assim, a extensão comum a ambos os nossos termos singulares seria, não Sócrates, mas antes o conjunto-unidade de Sócrates. Neste último género de construção, a não-existência de um objecto referido por um termo singular não faz com que o termo não tenha uma extensão: esta é identificada com o conjunto vazio; e uma consequência disto é a de que todos os termos singulares vazios, e.g., ‘O maior número primo’, ‘O abominável Homem das Neves’, etc., são co-extensionais (têm a mesma extensão). Todavia, apesar de co-extensionais, termos singulares como ‘O Mestre de Platão’ e ‘O marido de Xantipa’ diferem manifestamente em intensão, pois diferem manifestamente em conteúdo conceptual; digamos que a noção de uma relação pedagógica está presente no primeiro e ausente no segundo, e que a noção de uma relação de parentesco está ausente no primeiro e presente no segundo.

O mesmo tipo de divisão de valores semânticos pode-se fazer em relação a termos gerais, como por exemplo o já clássico par de termos ‘humano’/‘bípede sem penas’. A classe de todos aqueles, e só daqueles, objectos aos quais o primeiro termo se aplica é (presumivelmente) idêntica à classe de todos aqueles, e só daqueles, objectos aos quais o segundo termo se aplica: os termos são assim co-extensionais; porém, a variação nos conceitos expressos, ou nas condições que eles impõem para que um objecto pertença à sua extensão, faz com que esses termos gerais tenham intensões distintas: o conceito HUMANO não é certamente o mesmo conceito do que o conceito BÍPEDE SEM PENAS. A predicados diádicos, como ‘admira’ e ‘é mais pesado do que’, também é possível atribuir extensões e intensões. A extensão de um predicado diádico é simplesmente uma relação "extensionalmente" concebida, ou seja, um conjunto de pares ordenados de objectos; assim, a extensão do predicado diádico ‘admira’ é o conjunto de todos aqueles pares ordenados de pessoas x e y tais que x admira y , incluindo deste modo (presumivelmente) o par <Platão, Sócrates>. A intensão de um predicado diádico é, pelo seu lado, identificada com um conceito de uma relação; por conseguinte, predicados diádicos como ‘nora’ e ‘mulher do filho’ têm, possivelmente, a mesma intensão. E a distinção é naturalmente generalizável a predicados de aridade arbitrária e a outros géneros de expressão, incluindo expressões sincategoremáticas como constantes lógicas e quantificadores.

Mais recentemente, e sobretudo no âmbito do agregado de teorias semânticas agrupadas sob o rótulo de *semântica de mundos possíveis*,⁹ a distinção tradicional foi objecto de uma importante redefinição e clarificação feita em termos da ideia de um mundo possível e da relativização associada de valores semânticos a mundos possíveis (e a outros parâmetros). A distinção revista é aplicada da maneira abaixo esboçada a categorias centrais de expressões linguísticas, especialmente às de *termo singular*, *predicado* e *frase declarativa*.

A extensão de um termo singular relativamente a um mundo possível m é o objecto nomeado ou denotado pelo termo com respeito a m ; e diz-se que o termo não tem aí qualquer extensão se um tal objecto não existir. Se o termo singular é uma descrição definida singular flácida (e.g., ‘A actual Rainha de Inglaterra’), então a sua extensão variará de mundo para mundo (Isabel II nuns, outra pessoa noutros, o conjunto vazio noutros); mas se é um nome próprio ou outro tipo de designador rígido (e.g., ‘Isabel II’), a sua extensão será constante de mundo para mundo (Isabel II em todos aqueles mundos em que este exista). Assim, no que respeita a termos singulares, a ideia é simplesmente a de identificar extensão e referência.

A extensão de um predicado monádico relativamente a um mundo possível m é a classe de todos aqueles, e só daqueles, objectos que satisfazem o predicado com respeito a m . É algumas vezes adoptada a política de restringir a extensão de um predicado monádico num mundo a objectos *existentes* nesse mundo, sobretudo se se tratar de um predicado simples ou atómico; nesse caso, se nenhum existente em m satisfaz o predicado, então a extensão do predicado relativamente a m é nula (o que, note-se, é o mesmo que dizer que é o conjunto vazio). Mas também é habitual levantar a restrição e autorizar a inclusão, entre os membros da extensão de um predicado num mundo, de objectos que não existem nesse mundo (tais objectos devem, no entanto, existir em algum mundo, e ter assim o estatuto de meros *possibilia* em relação àquele mundo); nesse caso, aquela consequência não se segue de todo. Naturalmente, a extensão de um predicado monádico pode bem variar de mundo possível para mundo possível, mesmo supondo que os mundos não diferem entre si relativamente aos objectos neles existentes, mas apenas relativamente às propriedades por eles exemplificadas; a extensão de ‘filósofo’ em m pode diferir da sua extensão em m' , e.g., por ser a classe vazia num e uma classe não-vazia noutro, apenas com base em diferenças relativas às

⁹ Kripke 1960

propriedades exemplificadas. E as mesmas ideias são naturalmente generalizáveis a predicados de aridade n (com n maior ou igual a 2), com a extensão de um predicado desses num mundo a ser identificada com um conjunto de n -tuplos ordenados de objectos, designadamente aqueles objectos – não necessariamente todos eles existentes no mundo em questão – que estão entre si na relação correspondente pela ordem indicada.

Finalmente, a extensão de uma frase declarativa relativamente a um mundo possível m é usualmente identificada com o valor de verdade – supondo a bivalência, o valor V (O Verdadeiro) ou o valor F (O Falso) – que a frase recebe relativamente a m ; obviamente, a extensão de uma frase dada pode assim variar de mundo para mundo. De notar ainda que, para além da relativização da noção de extensão a mundos, na semântica de mundos possíveis – ou, como se pode também dizer, na semântica de *índices* – é habitual suplementar uma tal relativização introduzindo outros tipos de índices ou parâmetros igualmente relevantes (e.g., tempos, locais, etc.).¹⁰ Assim, por exemplo, poder-se-ia dizer que a extensão de um predicado monádico relativamente a um mundo m e a um tempo t é a classe de todos aqueles objectos – não necessariamente existentes em m ou em t – que satisfazem o predicado relativamente a m e a t ; e a extensão de uma frase com respeito a m e t é o valor de verdade que a frase recebe em m e t : a extensão da frase ‘Portugal é uma monarquia’ com respeito ao mundo actual e ao momento presente é o valor F, mas é o valor V com respeito ao mesmo mundo e a um tempo apropriadamente diferente, digamos uma certa ocasião em 1600.

Dada uma tal caracterização da noção de extensão com respeito aos diferentes tipos de expressão considerados, uma noção correspondente de intensão é introduzida do seguinte modo. Em geral, a intensão de uma expressão é identificada como uma função de mundos possíveis (bem como de outros índices) para extensões apropriadas. Equivalentemente, a intensão de uma expressão é definida como um conjunto de pares ordenados cujos elementos são um mundo possível m (ou, em geral, um certo n -tuplo ordenado de índices) e a extensão da expressão relativamente a m (ou, em geral, a extensão relativamente à combinação desses índices).

Assim, a intensão de um termo singular é uma função de mundos para objectos (indivíduos nos casos habituais), uma função que projecta cada mundo m no objecto (se existir) que é a extensão do termo relativamente a m . No caso de um designador rígido

¹⁰ Ver Kaplan 1988a.

(e.g., ‘Sócrates’), essa função é constante: o mesmo objecto é feito corresponder ao termo como sua extensão em todos os mundos (nos mundos onde o objecto não existir nenhuma extensão é assim determinada); no caso de um designador flácido (e.g., ‘O filósofo que bebeu a cicuta’), a função é variável: diferentes objectos são feitos corresponder ao termo como suas extensões em diferentes mundos.

A intensão de um termo geral é uma função de mundos para classes de objectos (indivíduos nos casos habituais), uma função que projecta cada mundo m na classe (possivelmente nula) de objectos que é a extensão do termo relativamente a m ; como vimos, essa função é em geral variável. Generalizando, a intensão de um predicado de aridade n é uma função de mundos para classes de n -tuplos ordenados de objectos, uma função que projecta cada mundo m na classe (possivelmente nula) de n -tuplos ordenados de objectos que é a extensão do termo relativamente a m .

Finalmente, a intensão de uma frase é uma função de mundos possíveis para valores de verdades, uma função que projecta cada mundo m no valor de verdade – V ou F (dada a bivalência) – que é a extensão da frase relativamente a m . Equivalentemente, e numa formulação mais corrente, a intensão de uma frase declarativa é identificável com um conjunto de mundos possíveis: o conjunto de todos aqueles mundos nos quais a frase é verdadeira. As formulações são equivalentes pois, de um conjunto dado de mundos é possível obter a função de mundos para valores de verdade que o caracteriza (essa função mapeia um mundo m no valor V se e só se m pertence ao conjunto dado), e, conversamente, de uma função dada de mundos para valores de verdade é possível obter o conjunto apropriado de mundos (esse conjunto terá um mundo m como elemento se e só se a função dada mapear m no valor V).

Estamos agora em condições de identificar a tese central do intensionalismo modal. Trata-se da tese de que, em geral, **significados são intensões**: o valor semântico ou conteúdo de uma expressão linguística é a intensão da expressão, a função de mundos para objectos característica da expressão. Em particular, o conteúdo de uma dada elocução de uma frase declarativa num contexto é uma certa função de mundos para valores de verdade, ou o conjunto de todos os mundos possíveis nos quais ela é verdadeira; e esse conteúdo é igualmente o conteúdo de qualquer crença, desejo ou outra atitude proposicional exprimível através da frase.

O intensionalismo modal identifica assim proposições – conteúdos completos, linguísticos ou mentais – com conjuntos de mundos possíveis. Intuitivamente, a ideia

subjacente é a de que cada proposição – o conteúdo de uma afirmação ou de uma crença – introduz uma partição de todas as possibilidades ou alternativas em duas categorias: aquelas que estão de acordo com o que a proposição estabelece (nas quais a proposição é verdadeira) e aquelas que não estão (nas quais a proposição é falsa); e a proposição é ela própria identificada com uma tal maneira de repartir circunstâncias, com a função de mundos para valores de verdade que a representa. Se não houver mundos nos quais a proposição é verdadeira, ou seja, se a proposição é uma falsidade necessária, então ela é simplesmente identificada com o conjunto vazio. Se não houver mundos nos quais a proposição é falsa, ou seja, se a proposição é uma verdade necessária, então ela é simplesmente identificada com o conjunto de todos os mundos.

Note-se que, nesta construção, proposições são entidades da teoria dos conjuntos e logo são, pelo menos num certo sentido, entidades "extensionais": o sentido no qual é habitual dizer que classes e outras entidades da teoria dos conjuntos são entidades extensionais. Daí a infelicidade da classificação da teoria como intensionalista; todavia, a teoria é intensionalista noutro sentido: no sentido em que, em todo o caso, concebe proposições como *intensões* (embora estas sejam modalmente definidas e reduzidas a conjuntos).

O intensionalismo modal tem muitos aspectos que o recomendam. Eis dois desses aspectos.

(1) Em primeiro lugar, o intensionalismo modal proporciona uma maneira elegante e precisa de materializar a ideia programática – defendida por diversos linguistas e filósofos¹¹ – de que uma especificação do significado de uma frase declarativa deve ser de algum modo executada através de uma especificação apropriada das suas condições de verdade, de um conjunto de circunstâncias que sejam separadamente necessárias e conjuntamente suficientes para que a frase seja verdadeira. Teorias semânticas que adoptam esta ideia genérica chamam-se teorias **verofuncionalistas** do significado e são usualmente contrapostas às chamadas teorias do significado como **uso**; no caso das constantes lógicas – e.g., a conjunção – essa oposição é conspícua, com uma explicação do significado das constantes lógicas em termos de (digamos) tabelas de verdade a ser contraposta a uma explicação do seu

¹¹ Entre os filósofos que subscrevem a ideia estão notoriamente Frege, Ludwig Wittgenstein (no *Tractatus*) e Donald Davidson. Do lado da linguística recente, veja-se por exemplo Chierchia e McConnell-Ginet 1990.

significado em termos de conjuntos de regras de inferência sintacticamente especificáveis.

O intensionalismo modal é uma das mais importantes variedades de verofuncionalismo. E pode-se dizer que é uma variedade radical, na medida em que nela o significado ou conteúdo de uma afirmação ou crença é integralmente **reduzido** a condições de verdade construídas à maneira modal, como conjuntos de circunstâncias ou mundos possíveis. Todavia, é bom reparar que no verofuncionalismo assim concebido cabe muita coisa. São igualmente subsumíveis nele muitas outras teorias, completamente diferentes, do significado; entre estas contam-se, por exemplo, determinadas versões do ponto de vista cognitivista, as teorias referencialistas, e as teorias de Davidson e dos seus seguidores.¹² Em todo o caso, pode-se argumentar que, de entre as diversas espécies de verofuncionalismo, o intensionalismo modal se recomenda pelo facto de possuir os meios conceptuais para dar a mais cabal e precisa expressão à ideia programática verofuncionalista.

Para além disso, o intensionalismo modal dá uma forma precisa à ideia, central ao verofuncionalismo, de que proposições têm as condições de verdade que têm de um modo não-contingente. Por outras palavras, se uma proposição **p** tem condições de verdade **C**, é verdadeira se e só se **C**, então **p** não poderia não ter **C** como condições de verdade: necessariamente, **p** é verdadeira se e só se **C**. Sob o intensionalismo modal, esta ideia é simplesmente reduzida à ideia básica e incontroversa de que conjuntos tem os elementos que tem de forma não-contingente, de que a identidade de um conjunto é integralmente determinada pela identidade dos seus elementos – no sentido em que, por exemplo, um conjunto com pelo menos um objecto distinto como elemento seria um conjunto distinto. Como uma proposição é um conjunto de mundos e cada um destes representa uma situação na qual a proposição seria verdadeira (uma condição de verdade), a identidade da proposição é integralmente determinada pela identidade de cada uma dessas situações (as condições de verdade da proposição).

Por outro lado, como é fácil verificar pelo que foi dito, o intensionalismo modal acomoda com muita facilidade um conjunto de características que são frequentemente tomadas como definidoras da noção de uma proposição. As mais importantes dessas características são as seguintes: (a) proposições são objectos abstractos, sem qualquer

¹² Note-se que em algumas destas teorias não é subscrita a tese forte de uma equação estrita entre significado e condições de verdade.

localização possível no espaço ou no tempo: como proposições são conjuntos e conjuntos são objectos abstractos, esta característica é imediatamente garantida pelo intensionalismo modal (o mesmo sucedendo às duas seguintes pela mesma razão); (b) proposições são objectos independentes da mente, cuja existência não depende da existência de uma mente que as apreenda, ou mesmo da existência de qualquer mente em geral; (c) proposições são objectos independentes da linguagem, cuja existência não depende da existência de uma linguagem (mesmo possível) na qual possam ser expressas, ou mesmo da existência de qualquer linguagem em geral; (d) proposições são os conteúdos de estados mentais intencionais como crenças e desejos e de eventos linguísticos como elocuições e afirmações; (e) proposições são aqueles objectos que são primariamente portadores de valores de verdade (frases, afirmações, crenças, etc., possuem valores de verdade apenas de um modo derivado, na medida em que os herdam de proposições); (f) proposições possuem de forma não-contingente as suas condições de verdade, em contraste com aquilo que sucede com itens linguísticos como frases.

(2) Em segundo lugar, o intensionalismo modal permite explicar de forma satisfatória, em termos de noções provenientes da teoria dos conjuntos, um conjunto importante de noções que se referem a relações lógicas e semânticas entre, e a operações lógicas e semânticas sobre, conteúdos proposicionais. Trata-se de relações e operações que qualquer teoria adequada do conteúdo tem de acomodar, pois parece ser um facto que proposições são as *relata* das relações em questão e as *operanda* das operações em questão. A relação de *implicação lógica* entre conteúdos proposicionais **p** e **q** é definida em termos da relação de inclusão entre conjuntos: **p** implica logicamente **q** (ou **q** é uma consequência lógica de **p**) se e só se **p** está incluída em **q**: o conjunto de mundos onde **p** é verdadeira está contido no conjunto de mundos onde **q** é verdadeira. A relação de *consistência* entre conteúdos **p** e **q** é definida em termos da operação de intersecção entre conjuntos: **p** e **q** são proposições mutuamente consistentes se e só se a intersecção de **p** com **q** não é vazia: há pelo menos um mundo que pertence a ambas as colecções de mundos. A relação de *equivalência lógica* entre conteúdos proposicionais **p** e **q** é reduzida a relação de identidade entre **p** e **q**, a qual é por sua vez reduzida a uma identidade entre conjuntos: **p** é *logicamente equivalente* a **q** se e só se **p** é idêntica a **q**, ou seja, o conjunto de mundos onde **p** é verdadeira é precisamente o conjunto de mundos onde **q** é verdadeira. A *disjunção inclusiva* de conteúdos é definível em termos da operação de união entre conjuntos: a disjunção inclusiva de **p** com **q** é o conjunto $p \cup q$

q: o conjunto de todos os mundos onde **p**, ou **q**, ou ambas, são verdadeiras; e a *negação* proposicional é definível em termos da operação de complementação sobre conjuntos: a negação de **p** é o conjunto $\neg p$: o conjunto de todos os mundos onde **p** não é verdadeira. Naturalmente, a presunção é aqui a de que as noções da teoria dos conjuntos usadas na explicação são bem mais claras do que as noções da teoria do conteúdo proposicional a explicar, uma presunção que parece ser razoável.

No entanto, o intensionalismo modal tem sido alvo de um conjunto de argumentos poderosos que têm sido tomados por muitos como conduzindo à rejeição em bloco do ponto de vista. Esses argumentos são conhecidos sob a designação genérica de *Argumentos da Omnisciência Lógica*. Todos eles procedem por redução absurdo, consistindo a estratégia seguida em muitos deles em mostrar que o intensionalismo modal tem a seguinte consequência alegadamente inaceitável: tornar falantes e portadores de estados mentais em criaturas logicamente omniscientes, no sentido de sujeitos que estão invariavelmente em posição de conhecer, afirmar, considerar, acreditar, julgar, etc., todas as proposições que sejam consequências lógicas de proposições por eles conhecidas, afirmadas, consideradas, acreditadas, julgadas, etc.

Uma das razões pelas quais tais resultados indesejáveis são gerados consiste no facto de que, à luz do intensionalismo modal, proposições são *conjuntos* e, como tal, objectos desprovidos de qualquer género de estrutura interna, objectos que em geral não têm quaisquer partes componentes postas em conjunto de acordo com um modo de combinação dado. Com efeito, conjuntos são em geral objectos não estruturados, cuja identidade é apenas sensível – de acordo com o princípio da extensionalidade – à identidade dos seus elementos (e não a qualquer estruturação destes, ou maneira pela qual eles possam ser agrupados). Apesar de as intensões de frases serem governadas por um princípio de composicionalidade funcional, na medida em que elas são computadas a partir das intensões das expressões componentes com base num método de combinação (em geral, a aplicação de uma função a um argumento), essas intensões não têm elas próprias quaisquer partes componentes, qualquer estrutura que se assemelhe à estrutura dos seus veículos linguísticos (as frases das quais são intensões).

São a seguir introduzidos três argumentos da omnisciência lógica, o último dos quais pode ser visto como um caso especial do segundo. Assume-se em todos eles que proposições, construídas como conjuntos de mundos, são os conteúdos semânticos quer

de eventos linguísticos (elocuições, afirmações, etc.) quer de estados mentais intencionais (crenças, desejos, etc.)

(1) O primeiro argumento consiste, primeiro, na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de afirmar, considerar, acreditar, conhecer, etc., *uma* verdade necessária, afirma, considera, acredita, conhece, etc., nessa base *todas* as verdades necessárias; e, depois, na observação de que tal é absolutamente inaceitável. Note-se que, dado que quaisquer proposições necessariamente verdadeiras são logicamente equivalentes, pois são verdadeiras em todos os mundos possíveis, há uma única verdade necessária: a proposição que consiste no conjunto de todos os mundos. Assim, a proposição que $2+2=4$ e a proposição que a Aritmética Formal é incompleta (o Teorema de Gödel de 1931) são uma e uma só proposição. Logo, se uma pessoa – e.g., uma criança de sete anos – sabe ou diz que $2+2=4$, então ela sabe ou diz nessa base que a Aritmética Formal é incompleta. E se uma pessoa – e.g., um matemático experiente – duvida que a Aritmética Formal seja incompleta (por exemplo por suspeitar que a demonstração de Gödel contém uma falácia), então duvida nessa base que $2+2=4$. Ora, estes relatos de estados epistémicos (conhecimento, dúvida) ou de actos linguísticos (dizeres, afirmações) parecem ser manifestamente incorrectos ou mesmo falsos. (O argumento aplica-se *mutatis mutandis* a proposições impossíveis ou necessariamente falsas, pois há também uma e uma só destas proposições.)

Os detalhes do argumento (1) são os seguintes. Há três premissas. (I) Seja **x V que S** a forma geral de um relato de um acto linguístico ou de uma atribuição de uma atitude proposicional. **S** é aí substituível por uma frase, **V** por um verbo para um acto linguístico (‘dizer’, ‘afirmar’, etc.) ou atitude proposicional (‘saber’, ‘acreditar’, etc.), e **x** por uma designação de um falante ou sujeito de atitudes. Supõe-se uma análise relacional dos actos e atitudes em questão: uma atribuição que exemplifique a forma é verdadeira num contexto se e só se o sujeito ou falante denotado no contexto por **x** está de facto numa relação, a relação denotada no contexto pelo verbo **V**, com uma proposição, a proposição denotada no contexto pela expressão **que S**; esta proposição é a proposição *expressa* pela frase **S** no contexto, ou seja, a proposição *que S*. (II) Supõe-se que proposições são conjuntos de mundos possíveis. (III) Finalmente, supõe-se que a proposição *que S* é uma proposição necessariamente verdadeira. Das premissas (II) e (III) segue-se que qualquer proposição que seja uma verdade necessária é idêntica à proposição *que S*. Assim, seja a proposição *que T* uma proposição qualquer

necessariamente verdadeira; tem-se então a identidade: a proposição *que S* = a proposição *que T*. Por fim, da conjunção deste resultado com a premissa (I), segue-se que qualquer atribuição da forma **x V que S** implica logicamente uma atribuição da forma **x V que T** (seja qual for o sujeito e a atitude ou o acto, e para quaisquer proposições necessariamente verdadeiras). Considerando esta conclusão como inaceitável, e dado que a análise relacional proposta na premissa (I) é incontroversa, pelo menos do ponto de vista do espectro de teorias do conteúdo que estamos a considerar, só resta "lançar as culpas" sobre a premissa (II), a tese definidora do intensionalismo modal.

(2) O segundo argumento consiste, primeiro, na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de ter atitudes de um certo género – atitudes como aceitar, afirmar, conhecer, acreditar, etc. – em relação a uma proposição dada, então terá nessa base tais atitudes em relação a qualquer proposição que seja uma consequência lógica daquela proposição; e, depois, na observação de que tal é inaceitável. Note-se se uma proposição **p** implicar logicamente uma proposição **q**, então o conjunto de mundos que **p** representa está incluído no conjunto de mundos que **q** representa. Logo, **p** é idêntica à sua conjunção com **q**: o conjunto de mundos **p** é idêntico ao conjunto de mundos **p ∧ q**. Assim, se um sujeito aceitar, afirmar, acreditar, conhecer, etc., uma proposição **p**, então aceita, afirma, acredita, conhece, etc., a conjunção **p e q** (em que **q** é uma consequência lógica de **p**); e segue-se daí que o sujeito aceita, afirma, acredita, conhece, etc., **q**. Por exemplo, se uma pessoa – e.g., um aluno de um curso elementar de lógica – conhece, aceita, ou afirma uma proposição que tenha a forma da negação de uma conjunção, **não-(p e q)**, então conhece, aceita, ou afirma assim a proposição **não-p ou não-q**. De novo, estas descrições parecem ser manifestamente incorrectas ou mesmo falsas: são bem conhecidas as dificuldades que os estudantes de lógica têm, no início, com aplicações das leis de De Morgan.

Os detalhes do argumento (2) são os seguintes. As premissas (I) e (III) são exactamente como no argumento (1). A premissa (II) é agora a seguinte: a proposição *que T* é uma proposição qualquer que seja uma consequência lógica da proposição *que S*. E uma nova premissa é necessária para fazer correr o argumento, a premissa (IV), a qual estabelece o seguinte: para algumas substituições de **V** (para verbos como ‘dizer’, ‘afirmar’, ‘acreditar’, ‘saber’, e outros), o seguinte esquema de inferência é válido: **x V que S e T**; logo, **x V que T**; um exemplo é a inferência, manifestamente correcta, de ‘O

João diz (afirma, sabe, pensa) que a Malásia é uma monarquia e Portugal uma república' para 'O João diz (afirma, sabe, pensa) que Portugal é uma república'. Note-se que este esquema de inferência, ao qual se pode chamar **Fecho sob a Eliminação da Conjunção**, não é aplicável a todas as atitudes proposicionais e actos linguísticos; por exemplo, o esquema gera uma invalidade se **V** for substituída por 'duvidar'. Das premissas (II) e (III) segue-se que a proposição *que S* é idêntica á proposição *que S e T*. Logo, pela premissa (I), transita-se de **x V que S** para **x V que S e T**. Aplicando então a premissa (IV) e restringindo adequadamente as substituições de **V**, tem-se **x V que T**. Dado que a premissa (IV) é fortemente plausível, o veredicto é similar ao do argumento (1), com a *reductio* a ser exercida sobre a premissa (II).

(3) O terceiro argumento consiste, primeiro, na observação de que, à luz do intensionalismo modal, quem estiver em posição de aceitar, afirmar, acreditar, considerar, acreditar, conhecer, etc., *uma* falsidade necessária, aceita, afirma, considera, acredita, conhece, etc., nessa base *todas as proposições*; e, depois, na observação de que tal é absolutamente inaceitável: como é que, por exemplo, uma pessoa pode estar em posição de acreditar em *tudo* (caso acredite em apenas *uma* falsidade necessária)? Note-se que, dado que uma proposição necessariamente falsa é identificada com o conjunto vazio, pois não é verdadeira em nenhum mundo possível, segue-se que qualquer proposição é uma consequência lógica de uma falsidade necessária: o conjunto vazio de mundos está contido em qualquer conjunto de mundos. Assim, se uma pessoa – e.g., um matemático experiente – acredita que a Aritmética Formal é completa (por julgar erroneamente ter uma demonstração correcta da completude), então ela acreditará nessa base no que quer que seja, e.g., que as baleias são peixes ou que $2+2=5$. Talvez de uma forma ainda mais óbvia do que no Argumento (1), estas atribuições parecem ser manifestamente incorrectas, ou mesmo falsas.

O argumento (3) pode ser obtido do argumento (2) fazendo a proposição *que S* ser uma falsidade necessária, o que garante imediatamente que a proposição *que T* seja uma sua consequência lógica. Note-se ainda que o argumento (3) não é válido para todas as atitudes proposicionais, mas apenas para aquelas que satisfazem o esquema do Fecho sob a Eliminação da Conjunção; assim, o intensionalismo modal **não** está comprometido, por exemplo, com o resultado de que quem duvidar de uma falsidade necessária duvida de tudo.

O balanço que pensamos que deve ser feito acerca do alcance e força dos argumentos da omnisciência lógica é o seguinte. Apesar de eles não constituírem refutações definitivas do intensionalismo modal (é difícil em Filosofia que algo seja uma refutação definitiva do que quer que seja!), e poderem ser objecto de réplicas razoáveis,¹³ o fardo que impõem sobre essa teoria é gigantesco. De facto, é extremamente difícil fazer passar a ideia de que as consequências acima notadas da teoria, cuja implausibilidade parece ser conspícua, são afinal aceitáveis; é, por exemplo, difícil erradicar as intuições no sentido de que uma pessoa que afirme que o número dois não é ímpar *não* pode de todo ser vista como estando assim a afirmar qualquer verdade necessária, em especial uma verdade matemática extremamente complicada e ainda por demonstrar. Penso, por conseguinte, que devemos preferir teorias do conteúdo que, em parte em virtude do facto de postularem conteúdos estruturados, não têm aquele género de resultados e são imunes aos argumentos da omnisciência lógica; nas secções seguintes, consideramos as duas principais teorias, ou famílias de teorias, desse tipo.

Todavia, o facto de rejeitarmos o intensionalismo modal não significa nem que abandonemos o aparato conceptual da semântica de mundos possíveis, nem que rejeitemos todas as teses semânticas subscritas pela teoria. Em relação ao primeiro aspecto, penso que o conjunto de noções e técnicas provenientes da semântica de mundos possíveis é um instrumento extremamente conveniente para a clarificação de muitas noções e teses na área, pelo que deve ser usado sempre que tal se revelar vantajoso; é bom notar que um tal aparato é divorciável, não só da tese definidora do intensionalismo modal, a tese de que proposições são colecções de mundos possíveis, como também de uma concepção metafísica realista de pendor radical acerca de mundos possíveis, segundo a qual mundos possíveis são objectos concretos auto-subsistentes, cuja existência é primitiva e não uma mera construção lógica a partir de outros tipos de objectos (objectos actuais).¹⁴ Em relação ao segundo aspecto, penso que algumas das ideias e princípios semânticos adoptados pelo intensionalismo modal são inteiramente correctos e devem ser preservados, especialmente a tese verofuncionalista de que há uma conexão estreita entre significado e condições de verdade.

Posto isto, voltemo-nos agora para as teorias referencialistas do conteúdo singular.

¹³ Veja-se Stalnaker 1987: Capítulo I.

¹⁴ Lewis 1986.

Referencialismo

Numa primeira formulação, o contraste entre Referencialismo e Cognitivismos pode ser resumidamente descrito do seguinte modo. Para o Referencialismo, os significados são exteriores à mente e à linguagem; para o Cognitivismos, os significados são, em parte ou no todo, entidades mentais, representações mentais ou conceitos¹⁵ de itens exteriores à mente e à linguagem.

Numa teoria da referência directa, o nosso conhecimento da referência, a maneira como o fragmento relevante da realidade é objecto de cognição por parte de um falante ou de um sujeito de estados mentais, é em geral irrelevante para a identificação do conteúdo singular. É, em especial, irrelevante para a fixação do conteúdo linguístico de uma elocução de uma frase em que uma expressão referencial singular¹⁶ ocorra, bem como para a fixação do conteúdo mental de uma crença ou de um pensamento especificável através duma frase dessa natureza. Por outras palavras, há um divórcio entre, de um lado, a *informação* que um falante ou sujeito de estados mentais possui acerca de um objecto dado, e, do outro lado, o significado das suas elocuições, crenças, desejos, etc., acerca desse objecto.

Com efeito, à luz de uma teoria referencialista e considerando para já apenas o caso linguístico, aquilo que uma expressão referencial singular contribui para o conteúdo, relativamente a um contexto, de uma elocução de uma frase em que ocorra, consiste *no, e só no, objecto particular* referido pela expressão no contexto.¹⁷ Entre outras coisas, segue-se que se um tal objecto não existir, a expressão não tem qualquer valor semântico no contexto, ou seja, **nada** é contribuído pela expressão; logo, dada a composicionalidade do significado frásico, nada é dito por meio de uma elocução no contexto de uma frase que contenha a expressão (uma consequência que, por sinal, muitos acham implausível).

A tese definidora do referencialismo relativamente a termos singulares (logicamente simples) pode ser formulada através da seguinte “equação”:

¹⁵ No sentido que o termo “conceito” tem na ciência cognitiva contemporânea. Ver a este respeito Laurence and Margolis 1999: 3-4, 5-8.

¹⁶ Estamos apenas a considerar expressões referencias singulares *logicamente simples*, por exemplo nomes próprios e termos indexicais não-descritivos.

¹⁷ Entre os proponentes mais conhecidos das teorias da referência directa, contam-se os seguintes filósofos: David Kaplan (1988a, 1988b), John Perry (1977, 1979, 1988), Nathan Salmon (1986, 1989, 1990), Scott Soames (1985, 1987) e Mark Richard (1990)

(R) Significado Singular=Objecto. O valor semântico de um uso de um termo singular **t** num contexto **c** é idêntico ao objecto **o** (se existir) referido por **t** em **c**.

Assim, por exemplo, aquilo que é contribuído pelo nome próprio ‘Vénus’ para a determinação do conteúdo da minha elocução da frase ‘Vénus é maior que Mercúrio’ num dado contexto (por exemplo, ao explicar a uma criança os tamanhos relativos dos planetas do sistema solar), ou para a proposição expressa pela frase no contexto, é o planeta Vénus ele próprio. Do mesmo modo, aquilo que o nome ‘Marte’ contribui para o conteúdo de uma elocução, num contexto apropriado, da frase declarativa ‘Marte é um planeta’ – ou, por sinal, da frase interrogativa ‘É Marte uma estrela?’, ou da frase optativa ‘Quem me dera ir a Marte!’ – é o corpo celeste Marte ele próprio. Por outras palavras, numa teoria da referência directa, os pontos na estrutura das proposições *que Vénus é maior que Mercúrio* e *que Marte é um planeta* que correspondem a ‘Vénus’ e ‘Marte’ são vistos como estando *inteiramente* preenchidos pelos planetas Vénus e Marte (respectivamente). Na semântica metafísica referencialista para termos singulares simples, há apenas um nível semântico: o da extensão ou referência.

Por outro lado, pelo menos à luz das versões mais habituais da teoria referencialista, o valor semântico de um predicado monádico – primitivo ou logicamente não-complexo – num contexto é identificado com uma propriedade, a propriedade expressa pelo predicado no contexto. O valor semântico de um predicado diádico num contexto é identificado com uma relação, a relação expressa pelo predicado no contexto; e assim por diante, de modo análogo, para predicados de aridade maior que 2.

Se, de uma forma pouco ortodoxa mas útil, usarmos o termo ‘atributo’ para cobrir quer propriedades (identificadas como atributos de aridade um) quer relações (identificadas como atributos de aridade superior a um), a tese definidora do referencialismo relativamente a predicados pode ser formulada através da seguinte equação:

(R) Significado Predicativo=Atributo. O valor semântico de um uso de um predicado **n**-ário **P** num contexto **c** é idêntico ao atributo Π expresso por **P** em **C**.

Convém notar que os atributos (propriedades e relações) expressos por predicados não são concebidos como entidades puramente extensionais, como conjuntos de n-tuplos ordenados dos indivíduos (no caso de atributos de primeira ordem) que satisfazem os predicados. A propriedade expressa por um predicado monádico não é identificada com aquilo a que é habitual chamar a **extensão** do predicado, ou seja, o conjunto de todos os objectos que o satisfazem; e a relação expressa por um predicado diádico não é de todo identificada com aquilo a que é habitual chamar a sua **extensão**, ou seja, o conjunto de todos os pares ordenados de objectos que o satisfazem. Por conseguinte, predicados monádicos co-extensionais, como os já famosos ‘bípede sem penas’ e ‘ser humano’, não são vistos como exprimindo a mesma propriedade e logo como tendo o mesmo conteúdo.

Digamos que, numa teoria referencialista, propriedades e relações são **no mínimo** entidades intensionais, não no sentido de serem intensões à maneira do intensionalismo modal, ou no sentido de serem conceitos ou representações conceptuais, mas no sentido de serem entidades governadas por um princípio modal de identidade do seguinte género. Atributos (propriedades, relações) são idênticos se, e só se, são necessariamente co-exemplificáveis, ou seja, têm a mesma extensão em todos os mundos possíveis. Assim, de acordo com esta noção de atributo, nada impede que propriedades associadas a conceitos diferentes, como a propriedade de *ser água* e a propriedade de *ser H₂O*, ou a propriedade de *ser equilátero* e a propriedade de *ser equiângulo*, sejam a mesma propriedade. Por conseguinte, nada impede que a pares de termos como ‘água’/‘H₂O’ e ‘triângulo equilátero’/‘triângulo equiângulo’ seja atribuído o mesmo valor semântico relativamente a contextos dados de uso. Em suma, os valores semânticos atribuídos pelo referencialismo a predicados estão numa posição intermédia entre, de um lado, as suas extensões (conjuntos de objectos), e, do outro, os conceitos expressos (**intensões** no sentido tradicional do termo).

Consequentemente, numa teoria referencialista, aquilo que é, por exemplo, contribuído pelo predicado português ‘é maior que’ para a determinação do conteúdo da minha elocução da frase ‘Vénus é maior que Mercúrio’ no contexto anteriormente indicado, ou para a proposição expressa pela frase no contexto, é a relação *ser maior que*. Do mesmo modo, aquilo que o predicado ‘é um planeta’ contribui para o conteúdo de uma elocução, num contexto apropriado, da frase ‘Marte é um planeta’, é a propriedade de *ser um planeta*. Por outras palavras, numa teoria da referência directa, os

pontos na estrutura das proposições *que Vénus é maior que Mercúrio* e *que Marte é um planeta* que correspondem a ‘é maior que’ e ‘é um planeta’ são vistos como *inteiramente* preenchidos pela relação e propriedades mencionadas; estas são postas em conjunto com os pontos que correspondem aos nomes envolvidos de acordo com uma determinada sintaxe proposicional, um determinado modo de formar uma proposição a partir de elementos dados. Assim, na semântica descritiva referencialista para predicados, há uma bifurcação de níveis semânticos: o nível mais fino dos valores semânticos (atributos) e o nível mais rude das extensões (conjuntos).

Finalmente, o conteúdo de um uso de uma frase do género sob consideração num contexto é aquilo que é habitual designar por uma *proposição singular*, uma estrutura ou sequência ordenada de indivíduos e atributos (no caso de predicções de primeira ordem). Estes são os indivíduos e os atributos associados aos termos singulares e predicados intervenientes na frase como seus valores semânticos no contexto; assim, a estrutura da proposição singular é um reflexo fiel da estrutura da frase usada para a exprimir.

A tese definidora do referencialismo relativamente a frases pode então ser formulada através da seguinte equação (para simplificar, consideramos apenas o caso de predicções monádicas de primeira ordem):

(R) Significado Frásico=Proposição Singular. O valor semântico de um uso de uma frase da forma **Pt** num contexto **c**, em que **t** é um termo singular e **P** um predicado monádico, é a proposição singular composta pelo objecto **o** referido por **t** em **c** e pela propriedade Π expressa por **P** em **c**, sendo estes elementos combinados na proposição através de um modo apropriado (em geral, a relação de predicação ou exemplificação de um atributo por um indivíduo).

Desta maneira, o conteúdo da minha elocução da frase ‘Vénus é maior que Mercúrio’ no contexto aludido, ou a proposição expressa pela frase no contexto, é algo que pode ser representado pelo par ordenado que consiste no par ordenado dos indivíduos Vénus e Mercúrio e na relação *Ser Maior que*, designadamente o par

<<Vénus, Mercúrio>>, A Relação Ser Maior que>>;

ou, se quisermos tornar explícito o modo de combinação proposicional envolvido, pelo par

<<<Vénus, Mercúrio>, A Relação Ser Maior que>, Exemplificação>.

E o conteúdo de uma elocução de ‘Marte é um planeta’ é a proposição singular representável pelo par

<Marte, A Propriedade de Ser um Planeta>;

ou pelo par

<<Marte, A Propriedade de Ser um Planeta>, Exemplificação>.

Deve-se dizer que a notação de pares ordenados não é aqui mais do que uma mera conveniência, utilizada para captar visualmente a ideia de que as proposições postuladas pela teoria referencialista são finamente estruturadas, possuindo uma estrutura que reflecte a estrutura dos seus veículos linguísticos.¹⁸ Não há qualquer presunção no sentido de uma identificação literal de proposições singulares com pares ordenados ou, em geral, com quaisquer outras entidades da teoria dos conjuntos.

As observações precedentes aplicam-se *mutatis mutandis* ao caso mental. Assim, aquela parte do conteúdo de uma crença que tenha a propriedade de representar um objecto particular no mundo é vista como consistindo no, e só no, objecto particular em questão; por conseguinte, a relação de representação mental – vista aqui como a relação entre um conteúdo (uma proposição) e o objecto acerca do qual ele é – dissolve-se, neste caso, na relação de identidade.¹⁹ Por exemplo, aquele elemento constituinte do conteúdo da minha crença de *que Vénus é maior que Mercúrio* que de algum modo corresponde a Vénus é simplesmente identificado com o planeta Vénus ele próprio. E aquela parte componente do conteúdo do meu desejo de *que Marte seja visível hoje à noite* que de algum modo corresponde a Marte é exaustivamente dada no planeta Marte ele mesmo. Analogamente, a componente predicativa do conteúdo de uma crença ou desejo é identificada com um determinado atributo (propriedade, relação), por exemplo a propriedade (complexa) de ser visível hoje à noite no caso do meu desejo que Marte seja visível hoje à noite. Consequentemente, os conteúdos de estados mentais intencionais singulares são, na teoria referencialista, identificados com proposições singulares. Estas são precisamente os conteúdos linguísticos das frases canonicamente

¹⁸ Repare-se, a propósito, que o referencialismo discrimina proposições de um modo mais fino do que o intensionalismo modal: a uma e à mesma intensão proposicional podem corresponder proposições singulares distintas.

¹⁹ A menos que os dispositivos de representação mental sejam colocados num nível diferente do conteúdo mental.

empregues na especificação desses conteúdos: o conteúdo da minha crença de *que Marte é um planeta* é, deste modo, a proposição singular que Marte é um planeta, a qual é representável pelo par ordenado acima.

Uma teoria directamente referencial dispõe assim, aparentemente, de uma maneira simples e eficaz de explicar a intencionalidade presente nesses casos e de lançar luz sobre os problemas da determinação da referência linguística e da determinação da referência mental. Para além disso, dada a equação proposta de significado com referência, a explicação proporcionada é *ipso facto* uma explicação para os problemas do significado linguístico e do significado mental (respectivamente). A minha crença de *que Vénus é maior que Mercúrio* é acerca de Vénus porque o planeta Vénus ele próprio entra directamente no seu conteúdo; e o meu desejo de *que Marte seja visível hoje à noite* é acerca de Marte porque Marte ele mesmo entra directamente no seu conteúdo (o caso linguístico é tratado da mesma maneira).²⁰ Todavia, isso apenas significa que, do ponto de vista de uma teoria da referência directa, há apenas um problema onde parecia haver dois: o problema da relação de significado e o problema da relação de referência. Há nisso certamente uma vantagem, a da economia; mas resta ainda resolver *esse* problema.

Em suma, no ponto de vista Milliano, o modo pelo qual o objecto particular referido, através da linguagem ou através do pensamento, se apresenta cognitivamente ao falante, ou ao sujeito de estados mentais, é irrelevante para os fins de uma teoria do conteúdo e é simplesmente excluído do conteúdo singular, linguístico ou mental.

Muita coisa pode ser dita a favor das teorias referencialistas. E muita coisa pode ser dita contra elas.²¹ Contentamo-nos aqui, por razões de espaço, com uma menção breve de alguns dos aspectos que as tornam mais atraentes.

Em primeiro lugar, há a *inocência semântica* (por assim dizer) do referencialismo. Os valores semânticos propostos para as diferentes categorias de expressões, bem como para as suas contrapartes mentais, não têm nada de bizarro, são em geral entidades mundanas, itens e objectos no mundo: indivíduos (Vénus),

²⁰ Obviamente, isto não resolveria completamente o problema pois haveria ainda um facto que ficaria por explicar, designadamente porque é que Vénus ou Obama, e não outras coisas ou pessoas, entram no conteúdo da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio, ou do meu desejo que Obama seja fixe. Este é o problema da determinação da referência mental.

²¹ A dificuldade mais séria enfrentada pelo referencialismo é o de que a teoria dificilmente possui recursos adequados para resolver dois problemas semânticos centrais mais adiante designados como Problema da Informatividade e Problema da Opacidade. Ver a esse respeito Branquinho 1990 e Branquinho 1996.

características desses indivíduos (a propriedade de ser um planeta), e situações extralinguísticas (Vénus ser um planeta). A este aspecto está associado um outro, de grande importância, o qual também milita a favor do referencialismo: o facto de estar assim garantida sem qualquer dificuldade a conexão entre a linguagem e a realidade, as palavras e as coisas, e a conexão entre a mente e a realidade, os pensamentos e as coisas; a conexão é feita *via* significados, linguísticos ou mentais, pois estes *são* coisas. Finalmente, as teorias referencialistas não têm dificuldade alguma em acomodar as características atrás introduzidas como definindo a noção de uma proposição. Com efeito, proposições singulares são claramente objectos abstractos, independentes da mente e da linguagem, são os conteúdos de estados mentais intencionais como crenças e desejos e de eventos linguísticos como elocuições e afirmações, são os portadores primários de valores de verdade, e são as entidades que possuem condições de verdade de um modo não-contingente.

Cognitivism

Consideremos agora os traços gerais da posição rival, o Fregeanismo ou cognitivism.²²

Em claro contraste com o referencialismo, numa teoria cognitivista do conteúdo singular, o nosso conhecimento da referência, a maneira como o fragmento relevante da realidade é objecto de cognição por parte de um falante ou de um sujeito de estados mentais, é em geral relevante para a identificação do conteúdo singular. É, em especial, relevante para a fixação do conteúdo linguístico de uma elocução de uma frase em que uma expressão referencial singular (logicamente simples e não-vazia) ocorra, bem como para a fixação do conteúdo de uma crença ou de um pensamento especificável através duma frase desse género. Por outras palavras, há uma conexão estreita entre, de um lado, a *informação* que um falante ou um sujeito de estados mentais possui acerca de um objecto, e, do outro lado, o conteúdo ou o significado das suas elocuições, crenças, desejos, etc., acerca desse objecto; e a conexão em questão vai no sentido de o conteúdo mental e linguístico ser determinado, pelo menos parcialmente, com base nessa informação.

²² Entre os proponentes mais conhecidos de teorias Fregeanas ou neo-Fregeanas do conteúdo, contam-se os seguintes filósofos: Gareth Evans (1981, 1982), Christopher Peacocke (1983, 1986) e Graeme Forbes (1987, 1990).

Com efeito, à luz de uma teoria cognitivista e considerando para já apenas o caso linguístico, aquilo que a expressão referencial singular contribui para o conteúdo de uma elocução, relativamente a um contexto, de uma frase em que ocorra, consiste pelo menos em parte num determinado modo como o objecto particular referido pela expressão no contexto se apresenta cognitivamente ao falante. Por outras palavras, o *significado* da expressão não se reduz ao objecto referido – em certas versões, ele não inclui de todo o objecto referido – e é necessariamente composto por uma representação cognitiva desse objecto. Se um tal objecto não existir, e se uma tal representação estiver disponível mesmo que nada lhe corresponda (o que é o caso em algumas variedades de cognitivismo), não se segue de todo que a expressão não tenha qualquer valor semântico no contexto; pode ser assim evitada a consequência (presumivelmente indesejável) das teorias referencialistas atrás notada.

A tese definidora do cognitivismo com respeito a termos singulares pode ser formulada através da seguinte inclusão:

(R) Significado Singular \supseteq Modo de Apresentação de um Objecto. O valor semântico de um uso de um termo singular **t** num contexto **c** é necessariamente constituído por um modo cognitivo de apresentação **MAP_t** do objecto **o** (se existir) referido por **t** em **c**.

Assim, por exemplo, aquilo que o nome próprio ‘Vénus’ contribui para a determinação do conteúdo linguístico da minha elocução da frase ‘Vénus é maior que Mercúrio’ num dado contexto de uso (por exemplo, o anteriormente mencionado), ou para a proposição expressa pela frase no contexto, inclui uma certa maneira através da qual o planeta Vénus me é cognitivamente dado, a qual é por mim associada com o nome ‘Vénus’. Ilustrando, o planeta Vénus pode-me ser cognitivamente apresentado como *o segundo planeta do sistema solar*, ou como *o corpo celeste visto em tal e tal posição em tal e tal ocasião*, ou como *o planeta favorito de Platão*, etc. E, do mesmo modo, aquilo que o nome ‘Obama’ contribui para o conteúdo de uma elocução, num contexto apropriado, da frase declarativa ‘Obama é fixe’ – ou, por sinal, da frase interrogativa ‘É Obama fixe?’, ou da frase optativa ‘Oxalá Obama seja fixe!’ – inclui necessariamente uma certa perspectiva cognitiva sobre o indivíduo Obama, um agregado de informação sobre Obama, a qual é associada pelo falante com o nome ‘Obama’. Por outras palavras, numa teoria Fregeana, os pontos na estrutura das proposições *que Vénus é maior que Mercúrio* e *que Obama é fixe* que correspondem a ‘Vénus’ e ‘Obama’ são vistos como

incluindo algo como *concepções*²³ de Vénus e de Obama (respectivamente). Assim, na semântica metafísica cognitivista para termos singulares simples, há uma bifurcação de níveis semânticos: o nível mais fino dos valores semânticos (concepções ou modos de apresentação de objectos) e o nível mais rude da referência ou extensão (objectos).

Por outro lado, podemos supor para os nossos propósitos que o valor semântico de um predicado monádico num contexto inclui – ou, em certas versões do Cognitivismo, é identificado com – um modo cognitivo de apresentação de uma propriedade, a propriedade associada ao predicado no contexto; esta propriedade é concebida, do ponto de vista cognitivista, como sendo a **referência** do predicado no contexto. O valor semântico de um predicado diádico num contexto é identificado com um modo cognitivo de apresentação de uma relação, a relação referida pelo predicado no contexto; e assim por diante, de modo análogo, para predicados de aridade maior que dois.

Se continuarmos a usar o termo ‘atributo’ para cobrir quer propriedades quer relações, a tese definidora do cognitivismo relativamente a predicados pode ser expressa através da seguinte inclusão:

(R) Significado Predicativo \supseteq Modo de Apresentação de um Atributo. O valor semântico de um uso de um predicado **n**-ário **P** num contexto **c** inclui necessariamente um modo cognitivo de apresentação **MAP Π** do atributo **Π** referido por **P** em **C**.

Embora tal não seja obrigatório, podemos (e é conveniente) construir os atributos postulados pelo cognitivismo à maneira referencialista, como entidades governadas pelo princípio modal de individuação em termos de co-exemplificação necessária mencionado antes. Assim, uma e a mesma propriedade, por exemplo a propriedade de ser *ser água* (=a propriedade de *ser H₂O*), pode ser cognitivamente apresentada de maneiras diferentes, ou sob conceitos diferentes. O conceito **ÁGUA** e o conceito **H₂O** são conceitos diferentes da mesma propriedade, o mesmo sucedendo com os conceitos **TRIÂNGULO EQUILÁTERO** e **TRIÂNGULO EQUIÂNGULO**. Por conseguinte, a pares de termos como ‘água’/‘H₂O’ e ‘triângulo equilátero’/‘triângulo equiângulo’ podem ser atribuídos, numa teoria cognitivista do conteúdo, valores semânticos diferentes relativamente a contextos dados de uso. No que respeita a significados

²³ No sentido que Susan Carey e outros cientistas cognitivos dão ao termo “concepção”. Ver Carey 2009, em especial o Capítulo 13.

predicativos, o cognitivismo discrimina então mais finamente do que o referencialismo: a um e um só significado predicativo referencialista podem corresponder dois significados predicativos cognitivistas. Com respeito à componente predicativa de um conteúdo linguístico ou mental, há no cognitivismo três níveis semânticos: extensões, atributos, e modos de apresentação de atributos; no referencialismo há apenas dois, os dois primeiros.

Consequentemente, numa teoria cognitivista, aquilo que é, por exemplo, contribuído pelo predicado português ‘é maior que’ para a determinação do conteúdo da minha elocução da frase ‘Vénus é maior que Mercúrio’ no contexto anteriormente indicado, ou para a proposição expressa pela frase no contexto, contém uma representação cognitiva da relação *ser maior que*, a relação referida pelo predicado no contexto (concebida no sentido atrás especificado). Do mesmo modo, aquilo que o predicado ‘é fixe’ contribui para o conteúdo de uma elocução, num contexto apropriado, da frase ‘Obama é fixe’, é um modo de apresentação da propriedade de *ser fixe* (concebida no sentido atrás especificado). Por outras palavras, numa teoria cognitivista, os pontos na estrutura das proposições *que Vénus é maior que Mercúrio* e *que Obama é fixe* que correspondem a ‘é maior que’ e ‘é fixe’ são vistos como incluindo, no todo ou em parte, modos predicativos de apresentação; estes são postos em conjunto com os pontos que correspondem aos nomes envolvidos de acordo com uma determinada sintaxe proposicional, um determinado modo de formar uma proposição a partir de elementos dados.

Finalmente, o conteúdo de um uso de uma frase do género sob consideração num contexto é aquilo que podemos designar por *proposição Fregeana* ou *Pensamento* (Gedanke),²⁴ uma estrutura ou sequência ordenada de modos de apresentação de indivíduos e de atributos (no caso de predicções de primeira ordem). Estes são os modos associados aos termos singulares e predicados intervenientes na frase como seus valores semânticos no contexto; assim, também aqui a estrutura da proposição espelha fielmente a estrutura da frase usada para a exprimir. Para simplificar, estamos obviamente a supor agora que os valores semânticos de termos singulares e predicados são estritamente **identificados** com modos de apresentação singulares e predicativos (respectivamente).

²⁴ Frege 1967.

A tese definidora do cognitivismo relativamente a frases pode então ser formulada através da seguinte equação (considerando apenas o caso de predicções monádicas):

(R) Significado Frásico=Proposição Fregeana. O valor semântico de um uso de uma frase da forma **Pt** num contexto **c**, em que **t** é um termo singular e **P** um predicado monádico, é uma proposição composta por um modo de apresentação **MAP_o** do objecto **o** referido por **t** em **c** e por um modo de apresentação **MAP_Π** da propriedade **Π** expressa por **P** em **c**, sendo estes elementos combinados na proposição através de um modo de combinação apropriado (em geral, o modo que articula modos singulares com modos predicativos).

Desta maneira, o conteúdo da minha elocução da frase ‘Vénus é maior que Mercúrio’ no contexto aludido, ou a proposição expressa pela frase no contexto, é algo que pode ser representado pelo par ordenado que consiste num par ordenado que consiste em modos de apresentação de Vénus e Mercúrio e num modo de apresentação da relação *Ser maior que*, designadamente o par

<<MAP_{Vénus}, MAP_{Mercúrio}>, MAP_A Relação Ser Maior que>.

E o conteúdo de uma elocução de ‘Obama é fixe’ é a proposição singular representável pelo par ordenado

< MAP_{Obama}, MAP_A Propriedade de Ser Fixe>.

Assim, na semântica metafísica referencialista para frases, há três níveis semânticos: o nível mais fino dos modos de apresentação frásicos (proposições Fregeanas), o nível intermédio da referência (situações extra-linguísticas apresentadas), e o nível mais rude da extensão (valores de verdade).

As observações precedentes aplicam-se *mutatis mutandis* ao caso mental. Aquela parte do conteúdo de uma crença que tenha a propriedade de representar um objecto particular no mundo consiste, pelo menos parcialmente, num determinado modo de apresentação cognitiva desse objecto; por conseguinte, a relação de representação mental não é, neste caso, dissolvida na relação de identidade. Assim, por exemplo, aquele elemento constituinte do conteúdo da minha crença de que Vénus é maior que Mercúrio que corresponde a Vénus envolve um certo género de relação cognitiva em que eu estou com o planeta Vénus. E aquela parte componente do conteúdo do meu

desejo de que Obama seja fixe que corresponde a Obama inclui uma certa perspectiva cognitiva que eu tenho acerca de Obama. Do mesmo modo, a componente predicativa do conteúdo de uma crença ou desejo é identificada com um determinado modo de apresentação de um atributo (propriedade, relação), por exemplo uma representação da propriedade de ser fixe no caso do meu desejo que Obama seja fixe. Consequentemente, os conteúdos de estados mentais intencionais singulares são, na teoria cognitivista, identificados com proposições Fregeanas. Estas são precisamente os conteúdos linguísticos das frases canonicamente empregues para especificar esses conteúdos: o conteúdo da minha crença de *que Obama é fixe é*, deste modo, a proposição Fregeana que Obama é fixe, a qual é representável pelo par ordenado acima. Assim, no que respeita a significados proposicionais, o cognitivismo também discrimina mais finamente do que o referencialismo: a uma e uma só proposição singular podem corresponder duas ou mais proposições Fregeanas.

Uma teoria cognitivista dispõe também, aparentemente, de uma maneira de explicar a intencionalidade presente naqueles casos e de lançar luz sobre os problemas da determinação da referência linguística e da determinação da referência mental; muito embora a explicação seja aqui indirecta e mediata, em contraste com a explicação directa e imediata disponível nas teorias referencialistas. Se adoptarmos a suposição razoável de que os modos de apresentação singulares ou predicativos determinam de algum modo as entidades que apresentam, respectivamente indivíduos e atributos, então, dado que tais modos são as partes componentes dos conteúdos mentais e linguísticos, segue-se que de uma explicação dada para os problemas do conteúdo mental e linguístico pode-se deduzir uma explicação para os problemas associados acerca da referência mental e linguística. A minha crença de *que Vénus é maior que Mercúrio é* acerca de Vénus porque contém um modo de apresentação que determina o planeta Vénus; e o meu desejo de *que Obama seja fixe é* acerca de Obama porque contém um modo de apresentação que determina Obama (o caso linguístico é tratado da mesma maneira). Tal como no referencialismo, temos aqui uma economia de problemas: quatro reduzidos a dois; mas de forma indirecta, com a ajuda da premissa de que o significado determina em geral a referência (uma premissa de algum modo disputável, saliente-se).

Em suma, no ponto de vista cognitivista, o modo pelo qual o objecto particular referido, através da linguagem ou através do pensamento, se apresenta cognitivamente

ao falante, ou ao sujeito de estados mentais, é maximamente relevante para os fins de uma teoria do conteúdo e é simplesmente incorporado no conteúdo singular, linguístico ou mental.

Muita coisa pode ser dita a favor das teorias cognitivistas. E muita coisa pode ser dita contra elas. Contentamo-nos também aqui com uma menção breve de alguns dos aspectos que as tornam mais atraentes.

Em primeiro lugar, há o aspecto *representacionalista* do cognitivismo, a ideia de que o conteúdo deve reflectir a maneira como o falante ou o sujeito de estados mentais vê ou representa o mundo, a ideia de que conteúdos mentais e linguísticos devem incorporar representações dos objectos (indivíduos e atributos) extra-linguísticos e extra-mentais referidos. A *inocência semântica* do referencialismo é assim perdida, pois os valores semânticos propostos para as diferentes categorias de expressões, bem como para as suas contrapartes mentais, não são já em geral entidades mundanas, itens e objectos no mundo. Mas é satisfeita uma intuição importante precisamente no sentido oposto: a intuição de que conteúdos se devem situar essencialmente ao nível da representação, e não ao nível daquilo que é representado, devendo consistir em representações de itens e objectos no mundo. As vantagens desta característica do cognitivismo tornam-se manifestas quando, por exemplo, se considera a eficácia com a qual a teoria aparentemente lida com problemas como aqueles que em seguida introduzimos, problemas acerca da relação entre significado e cognição, problemas muito difíceis de acomodar numa teoria referencialista.

Informatividade e Opacidade

Ter uma ideia clara acerca de quais são os traços essenciais de uma teoria **correcta** do conteúdo singular é importante, não só para fins filosóficos e semânticos, mas também para os fins de uma teoria psicológica, de uma explicação do comportamento racional de falantes e sujeitos de estados mentais. Por conseguinte, é importante proceder a uma avaliação da disputa entre concepções referencialistas e concepções cognitivistas do significado singular. Os aspectos nucleares dessa disputa dizem sobretudo respeito ao tratamento dado naqueles pontos de vista a um conjunto de fenómenos significativos que envolvem em geral a relação entre referência e cognição, e, no caso do significado linguístico, o valor cognitivo do uso de uma língua natural.

Eis dois exemplos de fenómenos dessa natureza, os quais desempenham um papel crucial na discussão. A razão da sua posição central é a de que se trata de problemas tais que proporcionar soluções satisfatórias para eles é visto por muita gente como uma condição geral de adequabilidade de qualquer teoria do significado.

(1) O primeiro fenómeno é o da chamada *Informatividade*, ou do carácter potencialmente informativo, de determinados conteúdos singulares. Trata-se da aparente existência de possíveis diferenças em valor informativo entre conteúdos de elocuições de pares de frases construídas a partir de expressões referenciais singulares co-designativas, isto é, expressões empregues para referir o mesmo objecto particular. O caso clássico, introduzido por Frege, é dado no par de frases de identidade ‘A Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã’ e ‘A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde’: o conteúdo de uma elocução da segunda frase parece ser potencialmente informativo, em contraste com o conteúdo de uma elocução da primeira (o qual parece consistir numa trivialidade). O fenómeno da Informatividade pode ser igualmente descrito em termos de conteúdo mental, quando se consideram conteúdos de estados mentais especificáveis através de frases com aquelas características: compare-se, por exemplo, o meu pensamento de que a Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã com o meu pensamento de que a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde; ou o meu pensamento de que a Estrela da Manhã aparece de manhã com o meu pensamento de que a Estrela da Tarde aparece de manhã. E o fenómeno pode ser também descrito com respeito à componente predicativa de conteúdos linguísticos ou mentais. Considerem-se frases como ‘Tudo o que é água é água’ e ‘Tudo o que é água é H₂O’: do mesmo modo, o conteúdo de uma elocução da segunda frase parece ser potencialmente informativo, em contraste com o conteúdo de uma elocução da primeira (o qual parece consistir numa trivialidade).

(2) O segundo fenómeno é o da chamada *Substituibilidade* ou *Opacidade*. Trata-se da aparente existência de possíveis falhanços de substituição *salva veritate* de expressões referenciais singulares co-designativas ao ocorrerem em certas construções linguísticas usualmente classificadas como **intensionais**, especialmente frases empregues para a atribuição de atitudes proposicionais (estados epistémicos, como conhecimentos e crenças, ou estados volitivos, como desejos). Por exemplo, dadas como premissas (i) a frase de identidade ‘A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde’ e (ii) uma atribuição de crença como ‘Os antigos astrónomos acreditavam que a Estrela da Manhã é um planeta’, parece não se poder legitimamente usar a chamada Lei da

Eliminação da Identidade²⁵ e obter como conclusão a atribuição de crença ‘Os antigos astrónomos acreditavam que a Estrela da Tarde é um planeta’; por conseguinte, supondo que a primeira atribuição é verdadeira, o seu valor de verdade não é aparentemente preservado após a substituição do termo singular ‘A Estrela da Manhã’ pelo termo singular co-designativo ‘A Estrela da Tarde’.

Também o fenómeno da Opacidade pode ser descrito em termos de conteúdo mental. Basta considerar, por exemplo, o aparente facto de uma pessoa racional poder estar, numa certa ocasião, no estado mental de duvidar que a Estrela da Manhã seja a Estrela da Tarde e não estar de todo, nessa ocasião, no estado mental de duvidar que a Estrela da Manhã seja a Estrela da Manhã; ou o aparente facto de uma pessoa racional poder estar, numa certa ocasião, no estado mental de saber que a Estrela da Manhã aparece de manhã e não estar de todo, nessa ocasião, no estado mental de saber que a Estrela da Tarde aparece de manhã. O mesmo género de observações aplica-se às componentes predicativas de conteúdos linguísticos ou mentais: basta considerar, por exemplo, o aparente facto de uma pessoa racional poder estar, numa certa ocasião, no estado mental de acreditar que ninguém duvida que tudo o que é água é água e não estar de todo, nessa ocasião, no estado mental de acreditar que ninguém duvida que tudo o que é água é H₂O.

As caracterizações anteriormente feitas dos pontos de vista Fregeano e Milliano são, deliberadamente, bastante genéricas. E há uma diversidade de maneiras, actuais ou meramente possíveis, através das quais elas podem ser preenchidas e detalhadas; o que dá origem à existência de uma pluralidade de teorias particulares, actuais ou meramente possíveis, no interior de cada uma das concepções.

Particularmente interessantes são determinadas versões recentes de natureza híbrida, por assim dizer, de cada um dos pontos de vista. Da concepção directamente referencial, são interessantes versões tais como aquelas que têm sido propostas por semanticistas Neo-Millianos como Kaplan (1988a), Perry (1988) e Salmon (1986); estas versões distinguem-se por um aparente recurso a noções acerca das quais a suspeita pode surgir de que são afinal indiscerníveis de noções que fazem parte do aparato conceptual habitualmente utilizado em teorias Fregeanas. No que respeita ao campo

²⁵ A Lei de Eliminação da Identidade é dada no esquema de inferência **Ft, t=t' / Ft'**, em que **t, t'** são termos singulares, **Ft** é uma frase qualquer que contenha uma ou mais ocorrências de **t**, e **Ft'** resulta de **Ft** substituindo uma ou mais ocorrências de **t** por **t'**.

cognitivista, é interessante a chamada concepção *de re* dos modos de apresentação singulares adoptada por semanticistas Neo-Fregeanos como Evans (1981) e Peacocke (1986); do mesmo modo, sobre tais variantes do ponto de vista cognitivista pode recair a suspeita de que elas contêm afinal ingredientes que são alegadamente característicos de teorias da referência directa.

O carácter híbrido das versões mencionadas torna-as extremamente interessantes do ponto de vista dialéctico, uma vez que são imediatamente vulneráveis a uma série de argumentos importantes que podemos rotular de argumentos *notacionais* ou *terminológicos*. Argumentos deste género têm sido recentemente aduzidos em ambas as direcções: por proponentes da concepção directamente referencial contra o ponto de vista cognitivista, e por proponentes deste ponto de vista contra aquela concepção. O efeito geral visado é invariavelmente o de uma dissolução conceptual no ponto de vista defendido do ponto de vista atacado, o qual se alega ser uma mera variante terminológica daquele. Assim, no campo Fregeano, o argumento tem sido recorrentemente utilizado no sentido de que uma teoria Milliana da referência singular, na sua tentativa de acomodar fenómenos relacionados com a cognição e com a relevância cognitiva do uso da linguagem, pode ser vista como sendo, em essência, uma simples variante notacional de uma concepção cognitivista. Simetricamente, no campo Milliano, o argumento tem sido recorrentemente utilizado no sentido de que uma teoria Fregeana da referência singular baseada em modos de apresentação *de re*, especialmente no que respeita ao tratamento dado ao caso da referência demonstrativa e indexical, pode ser vista como sendo, em essência, uma simples variante notacional de uma concepção directamente referencial.

A direcção global da argumentação que estou inclinado a seguir com respeito ao problema do significado singular, linguístico e mental, é a seguinte.

Em primeiro lugar, creio que a tese da variação terminológica é, em geral, errónea; e que quer o argumento notacional Fregeano acima delineado, quer a sua contraparte Milliana, são incorrectos.²⁶ A conclusão é assim a de que estamos, na realidade, confrontados com teorias *distintas* do significado singular, teorias que são de facto conceptualmente irreduzíveis uma à outra (mesmo se as tomarmos como representadas nas versões híbridas antes mencionadas). Esta conclusão reveste-se de

²⁶ Embora por razões diversas, naturalmente. Ver Branquinho 2006.

algum significado, pois a tendência predominante na bibliografia da área parece ir no sentido de favorecer a tese da variação terminológica, numa direcção ou na outra.

Em segundo lugar, e bem mais importante, creio que a disputa entre o ponto de vista directamente referencial e o ponto de vista cognitivista deve ser, em geral, decidida a favor deste último. Penso, em particular, que o género de equipamento conceptual empregue por uma teoria Milliana está longe de poder proporcionar um tratamento satisfatório para um conjunto nuclear de factos que envolvem a relação entre a linguagem e a actividade mental e cognitiva; os atrás aludidos fenómenos da Informatividade e da Opacidade são paradigmas dessa classe de factos, resistindo a um tratamento referencialista. É ainda possível argumentar que uma maquinaria conceptual com as características daquela que é usada nas teorias cognitivistas, construída em torno da noção de um modo de apresentação cognitiva de um objecto, é estritamente indispensável para lidar com fenómenos daquele género de uma maneira adequada. Todavia, apesar de os modos de apresentação serem vistos como semanticamente eficazes, no ponto de vista que favoreço eles não são vistos como constituintes do conteúdo proposicional singular, o qual é inteiramente dado em proposições singulares, construídas à maneira referencialista; há assim um grão de verdade nas teorias Millianas do significado.

Deste género de reflexões emerge uma doutrina na qual os modos de apresentação postulados, embora em geral ancorados em informação – incluindo informação perceptiva – acerca de aspectos do meio-ambiente do falante ou do sujeito de estados mentais, não são de natureza **puramente** conceptual e dependem, quanto à sua existência e identidade, dos objectos particulares por eles apresentados. À doutrina emergente subjaz, por um lado, uma concepção **externalista** acerca da natureza da mente, e, por outro lado, uma concepção **realista** acerca da referência.²⁷ De acordo com o ponto de vista externalista acerca do mental, a existência e a identidade de alguns dos nossos estados mentais dependem essencialmente da existência e da identidade de itens exteriores à mente, os quais são tipicamente particulares materiais situados no meio-ambiente imediato do sujeito dos estados mentais. Tal dependência significa o seguinte:

²⁷ Note-se que a adopção destas duas concepções faz com que o ponto de vista que o presente autor está inclinado a defender fique, neste aspecto, mais longe das teorias cognitivistas tradicionais, nas quais ambas as concepções são habitualmente rejeitadas, e mais perto das teorias Millianas, nas quais elas são habitualmente subscritas.

por um lado, se o item que é o objecto intencional de um desses estados mentais não existisse, então o estado mental ele próprio deixaria de existir; por outro lado, se o item que é o objecto intencional do estado mental fosse substituído por um item qualitativamente indiscernível, uma réplica perfeita, então estaríamos em presença de um novo estado mental, distinto daquele. Por conseguinte, sob o externalismo, a esfera do mental não goza de qualquer autonomia e é, por assim dizer, invadida pela esfera do não-mental, formando um contínuo com esta. De acordo com o ponto de vista realista acerca da referência, muitos dos objectos particulares referidos, através da linguagem ou através do pensamento, são vistos como subsistindo, e como estando agrupados em certas categorias naturais, independentemente da mente e do seu esquema de organização conceptual e classificação da realidade.

Referências

Almog, J., Perry, J. and Wettstein, H. (eds.) 1988. *Themes from Kaplan*. New York and Oxford: Oxford University Press.

Anderson, C.A. and Owens, J. (eds.) 1990. *Propositional Attitudes. The Role of Content in Logic, Language, and Mind*. Stanford: CSLI.

Block, N. 1998. *Conceptual Role Semantics*. In E. Craig (ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 242-256.

Branquinho, J. 1990. *Are Salmon's Guises Disguised Fregean Senses*. *Analysis* 50: 19-24.

Branquinho, J. 1996. *Singular Propositions and Modes of Presentation*. *Disputatio* 1: 5-22.

Branquinho, J. 2006. *Direct Reference, Cognitive Significance and Fregean Sense*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Carey, S. 2009. *The Origin of Concepts*. Oxford: Oxford University Press.

Carnap, R. 1947. *Meaning and Necessity. A Study in Semantics and Modal Logic*. Chicago and London: University of Chicago Press.

Chierchia, G. and McConnell-Ginet, S. 1990. *Meaning and Grammar. An Introduction to Semantics*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Evans, G. 1981. *Understanding Demonstratives*. In Parret, H. and Bouveresse, J. (eds.). *Meaning and Understanding*. Berlin: W. de Gruyter.

Evans, G. 1982. *The Varieties of Reference*. Edited by John McDowell. Oxford: Clarendon Press and New York: Oxford University Press.

Fodor, J. and Lepore, E. 1991. *Why Meaning (Probably) Isn't Conceptual Role*. *Mind & Language* 6, Issue 4: 328-343.

Forbes, G. 1987. *Indexicals and intensionality: a Fregean perspective*. *The Philosophical Review* 96: 3-33.

Forbes, G. 1990. *The Indispensability of Sinn*. *The Philosophical Review* 99: 535-563.

Frege, G. 1952. *On Sense and Reference*. In Geach, P. and Black, M. (eds.). *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Basil Blackwell, 56-78.

Frege, G. 1967: *The Thought: A Logical Inquiry*. In Strawson, P.F. (ed.). *Philosophical Logic*. Oxford: Oxford University Press, 17-38.

Frege, G. 1979. Comments on Sense and Meaning. In Hermes, H., Kambartel, F. and Kaulbach, F. (eds.). *Gottlob Frege. Posthumous Writings*. Oxford: Basil Blackwell, 118-25.

Kaplan, D. 1988a. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals. In Almog, Perry and Wettstein 1988: 481-563.

Kaplan, D. 1988b. Afterthoughts. In Almog, Perry and Wettstein 1988: 565-614.

King, J.C., Soames, S. and Speaks, J. 2014. *New Thinking about Propositions*. Oxford: Oxford University Press.

Kripke, S. 1960. Semantical Considerations on Modal Logic. In Linsky, L. (ed.). *Reference and Modality*. Oxford: Oxford University Press, 63-72.

Laurence, S. and Margolis, E. (eds). 1999. *Concepts. Core Readings*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Lewis, D. 1986. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell.

Peacocke, C.A.B. 1983. *Sense and Content. Experience, Thought and their Relations*. Oxford: Clarendon Press.

Peacocke, C.A.B. 1986. *Thoughts: An Essay on Content*. Oxford: Basil Blackwell.

Perry, J. 1977. Frege on Demonstratives. *The Philosophical Review* 86: 474-97.

Perry, J. 1979. The Problem of the Essential Indexical. *Nous* 13: 3-21. Reprinted in Salmon and Soames 1988: 83-101.

Perry, J. 1988. Cognitive Significance and New Theories of Reference. *Nous* 22: 1-18.
Richard 1990. *Propositional Attitudes: An Essay on Thoughts and How We Ascribe Them*. Cambridge: Cambridge University Press.

Salmon, N. 1986: *Frege's Puzzle*. Cambridge, Mass. and London, England: The MIT Press.

Salmon, N. 1989. Reference and Information Content: Names and Descriptions. In Gabbay, D. and Guenther, F. (eds.). *Handbook of Philosophical Logic, Vol. IV*. Amsterdam: North Holland, 463-90.

Salmon, N. 1990. A Millian Heir Rejects the Wages of Sinn. In Anderson and Owens (eds.) 1990: 215-48.

Salmon, N. and Soames, S. 1988. *Propositions and Attitudes*. Oxford: Oxford University Press.

Soames, S. 1985. Lost Innocence. *Linguistics and Philosophy* 8: 59-71.

Soames, S. 1987. Direct Reference, Propositional Attitudes, and Semantic Content. *Philosophical Topics* 15: 47-87. Reprinted in Salmon and Soames (eds.) 1988: 197-239.

Stalnaker, R. 1987. *Inquiry*. Cambridge, Mass.: The MIT Press

Stalnaker, R. 1999. *Context and Content*. Oxford: Oxford University Press